

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, COLONIALISMO VERDE E EXTRATIVISMO NO CONTINENTE AFRICANO: O CASO DO CORREDOR DO LOBITO¹

Sdney da Encarnação Pereira Fernandes²

RESUMO

O Corredor do Lobito, megaprojeto logístico que conecta a República Democrática do Congo (RDC) e a Zâmbia ao porto de Lobito, em Angola, revela disputas geopolíticas no âmbito da transição energética enquanto solução para o colapso ambiental. Este artigo analisa criticamente a transição energética global a partir da realidade africana, com foco neste corredor logístico e na expansão contemporânea do extrativismo. Embora apresentado como vetor de desenvolvimento sustentável, o corredor revela-se como instrumento estratégico para a intensificação do extrativismo de minerais críticos, essenciais para as chamadas “tecnologias limpas”. Com base em referenciais teóricos da geopolítica, da ecologia política e do conceito de colonialismo verde, o estudo evidencia a apropriação do discurso da transição energética e da sustentabilidade por Estados e corporações para manter estruturas de poder, exploração e dependência. A partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental e dados de conflitos ambientais mapeados pelo *Environmental Justice Atlas* (EJAtlas) na zona conectada pelo Corredor do Lobito na RDC e na Zâmbia, argumenta-se que não haverá transição energética justa sem ruptura com as lógicas coloniais e extrativistas que sustentam o atual modelo. O futuro verde precisa ser inclusivo, democrático e redistributivo e baseado na justiça ambiental.

Palavras-chave: transição energética - Corredor do Lobito (Angola); geopolítica; ecologia política; extrativismo.

ABSTRACT

The Lobito Corridor, a logistics megaproject connecting the Democratic Republic of Congo (DRC) and Zambia to the port of Lobito in Angola, reveals geopolitical disputes in the context of energy transition as a solution to environmental collapse. This article critically analyzes the global energy transition from the African perspective, focusing on this logistics corridor and the contemporary expansion of extractivism. Although presented as a vector for sustainable development, the corridor is revealed to be a strategic instrument for the intensification of the extractivism of critical minerals, essential for so-called “clean technologies”. Based on theoretical frameworks of geopolitics, political ecology and the concept of green colonialism, the study highlights the appropriation of the discourse of energy transition and sustainability by States and corporations to maintain structures of power, exploitation and dependence. Based on a literature review, documentary research and data on environmental conflicts mapped by the Environmental Justice Atlas (EJAtlas) in the area connected by the Lobito Corridor in the DRC and Zambia, it is argued that there is no just energy transition without breaking with the colonial and extractive logics that sustain the current model. The green future needs to be inclusive, democratic and redistributive and based on environmental justice.

Keywords: energy transition - Lobito Corridor (Angola); geopolitics; political ecology; extractivism.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O planeta está em chamas. O colapso ambiental já não é uma ameaça futura, é o presente. Secas prolongadas, enchentes letais, ecossistemas em ruínas e insegurança alimentar escancaram os limites de um modelo econômico predatório que, ao lucrar com a devastação da natureza, empurra sociedades inteiras para o colapso. Nesse cenário de crise ambiental sistêmica, consolidou-se um novo consenso global: a urgência de uma transição energética baseada na substituição das fontes fósseis por energias renováveis e tecnologias de baixo carbono.

A promessa de um futuro “limpo” está assentada sobre uma nova base material: os chamados minerais críticos como lítio, cobalto, níquel e cobre indispensáveis para a fabricação de baterias de veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares e outras infraestruturas da chamada economia verde. De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA, 2024), para manter viva a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C abaixo dos níveis pré-industriais como estipulado nos Acordos de Paris, será necessário triplicar a capacidade de geração de energia renovável até 2030. Essa mudança implica uma explosão na demanda por recursos minerais, cujo fornecimento depende, em grande medida, do Sul Global, especialmente do continente africano. Apenas a República Democrática do Congo concentra cerca de 50% das reservas conhecidas de cobalto e responde por mais de 70% da produção global (IEA, 2024). Mas essa não é uma coincidência geológica neutra: é uma configuração política e histórica.

É fundamental inserir a transição energética dentro de uma perspectiva geopolítica, uma vez que a corrida por minerais críticos reacende disputas entre grandes potências, reposiciona atores como China, União Europeia e Estados Unidos no tabuleiro global e converte regiões inteiras do Sul Global em zonas de sacrifício. A construção de novas infraestruturas de escoamento de recursos, como ferrovias, portos e corredores logísticos é parte desse reposicionamento geoestratégico que envolve investimentos vultosos, acordos bilaterais, empréstimos condicionados e interferência direta em políticas econômicas locais.

Além da disputa territorial e econômica, a transição energética é também uma disputa de narrativas. Os grandes atores globais como corporações multinacionais, organismos multilaterais, *think tanks* e governos de países centrais têm investido na construção de uma narrativa hegemônica da transição como um caminho inevitável, universal e benéfico para todos. Essa narrativa despolitiza os impactos da mineração, ignora os conflitos socioambientais, e invisibiliza os povos e territórios que arcam com os custos da

“descarbonização”. Ao fazer isso, naturaliza uma lógica de desenvolvimento desigual que perpetua a divisão internacional do trabalho e a colonialidade do poder.

O discurso da transição energética esconde a persistência, e o aprofundamento, de uma lógica colonial e extrativista. Essa lógica foi conceituada como colonialismo verde: um processo pelo qual a agenda ambiental global é mobilizada para justificar novas formas de exploração, espoliação e controle territorial. Sob essa ótica, a transição energética, longe de representar uma ruptura com os padrões históricos de dominação e colonialidade, revela-se como um novo capítulo do projeto colonial capitalista global. O conceito de colonialismo verde emerge da crítica da ecologia política, um campo teórico que confronta a visão tecnocrática e despolitizada das crises ambientais e propõe uma leitura que considera a relação entre poder, território e natureza. A ecologia política denuncia a tendência das soluções ambientais globais em ignorar ou silenciar os conflitos sociais, as desigualdades estruturais e os saberes locais. No continente africano, o colonialismo verde atualiza e reconfigura os mecanismos de expropriação e dependência econômica impostos desde o colonialismo formal: as fronteiras são redesenhadas não pela geopolítica militar, mas pela geopolítica energética e ambiental.

O caso africano é emblemático. Hoje países como RDC e a Zâmbia são alvos preferenciais de investimentos em mineração de lítio, cobalto e cobre. Entretanto, esses investimentos não têm como prioridade o desenvolvimento local ou a melhoria das condições de vida das populações afetadas, mas sim o abastecimento das cadeias produtivas globais com insumos baratos e abundantes. Este artigo parte, portanto, da crítica à neutralidade e universalidade da transição energética. Propõe-se a entender esse processo a partir do olhar do Sul Global, com especial atenção ao continente africano, onde se desenrolam as contradições mais agudas da economia verde. Com base nos referenciais teóricos da geopolítica, da ecologia política e do conceito de colonialismo verde, o trabalho propõe uma análise crítica das transformações em curso, focando no Corredor do Lobito: um megaprojeto ferroviário que conecta as regiões de mineração da RDC e da Zâmbia ao porto angolano de Lobito. Apresentado como vetor de desenvolvimento e integração regional, o projeto revela-se, na prática, como uma infraestrutura a serviço da intensificação do extrativismo e da inserção subordinada da África na nova ordem energética global.

A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e empírica, incluindo dados do *Environmental Justice Atlas* (EJAtlas), que sistematiza os conflitos ambientais associados à expansão do extrativismo verde. O artigo está organizado em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, discute-se a geopolítica da

transição energética e as narrativas hegemônicas que a acompanham, com base nas contribuições da ecologia política. Na segunda, analisa-se empiricamente o Corredor do Lobito e sua inserção nas estratégias geopolíticas dos grandes atores globais. Por fim, a terceira seção examina os impactos sociais e ambientais da mineração de minerais críticos e os conflitos gerados nas regiões afetadas. Conclui-se que não haverá transição justa sem ruptura com as estruturas coloniais e extrativistas que moldam o acesso e o controle aos recursos. Para isso, será preciso repolitizar o debate, redistribuir poder e colocar os saberes e direitos dos povos no centro da transformação.

2 GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E COLONIALISMO VERDE

A transição energética consolidou-se como um dos pilares centrais dos discursos políticos e econômicos contemporâneos. Com a intensificação dos impactos climáticos e da pressão global por descarbonização, ela se insere como a solução incontornável para a crise climática (IPCC, 2018). De forma aparentemente paradoxal, os principais articuladores do projeto global de transição, corporações transnacionais, estados centrais e instituições financeiras multilaterais, são os mesmos que lideraram a expansão capitalista baseada na energia fóssil, sustentada em modelos de desenvolvimento que degradaram o meio ambiente, nos levando a essa necessidade de transição.

Os principais Estados e organizações internacionais vêm se posicionando e avançando planos estratégicos estruturados a partir do novo consenso global sobre a transição energética. A União Europeia (UE), por exemplo, trata a “segurança no fornecimento de matérias-primas críticas” como prioridade geoestratégica através da *European Green Deal*³ (EC, 2019). A China projeta sua noção de “civilização ecológica” por meio de projetos como a *Belt and Road*⁴ (Zhang, 2020). Já os Estados Unidos, em um momento promovem a “energia limpa” como motor de crescimento (via governo Biden), em outros mantêm a proteção ativa da infraestrutura fóssil (via governo Trump), operando em uma ambiguidade estrutural determinada pelas fases de governo.

Dessa forma, a transição energética, longe de ser um processo neutro, ecológico ou exclusivamente técnico, é um fenômeno profundamente político, econômico e geopolítico. É

³ A Belt and Road Initiative (BRI), proposta pela China em 2013, é uma estratégia global de desenvolvimento que busca conectar países da Ásia, África e Europa por meio de infraestrutura e comércio (Zhang, 2020).

⁴ O European Green Deal é a estratégia de crescimento da União Europeia lançada em 2019 com o objetivo de tornar o bloco climaticamente neutro até 2050 (EC, 2019).

nesse âmbito que a crise climática se torna uma oportunidade de acumulação por espoliação (Harvey, 2003). Como nos lembra Naomi Klein (2014), o sistema capitalista tem a capacidade de gerar crises e, ao mesmo tempo, se apresentar como a solução mais viável para elas. Nessa lógica, a atual corrida global por minerais críticos necessários à construção das tecnologias de baixo carbono tende a ativar velhas lógicas predatórias, neocoloniais e coloniais, apenas deslocando o foco dos combustíveis fósseis para os minerais verde. Ou seja, esta é apenas uma “virada eco-territorial” do capital (Svampa, 2019).

A geopolítica é um campo do conhecimento que estuda a relação entre o poder político e o espaço geográfico que tem como alguns de seus elementos centrais a localização, os recursos naturais e as fronteiras. O conceito nasce da necessidade de enfatizar a importância da geografia na estratégia dos estados (Ratzel, 1897; Mackinder, 1904; Spykman, 1942). Já a geopolítica energética é um ramo da geopolítica que estuda a relação entre a produção, distribuição e consumo de energia e as dinâmicas de poder entre Estados e atores internacionais. Nesta, a energia - petróleo, gás natural, carvão, urânio e, agora, os minerais verdes - é vista como um recurso estratégico central que influencia alianças, conflitos e decisões políticas globais (Yergin, 1991; Klare, 2008). A geopolítica da transição energética, por sua vez, refere-se às transformações nas relações de poder global impulsionadas pela mudança das matrizes energéticas. Esta é, visivelmente, uma enorme oportunidade de capitalizar benefícios para os atores centrais. Parece faltar, nas discussões e narrativas em torno da transição energética, o equilíbrio entre técnica, mercado e sustentabilidade, mesmo até em níveis de produção acadêmica sobre a matéria, uma vez que a maioria dos trabalhos sobre descarbonização e energias renováveis concentrou-se na realização da transição em si e nas possíveis implicações caso as matrizes não sejam substituídas e menos em questões de estabilidade e inclusão (Dalby, 2013).

A Ecologia Política emerge, nesse contexto, como uma lente teórica indispensável e complementar para analisar criticamente a geopolítica da transição energética, a partir de um enfoque nos conflitos assimétricos de poder entre corporações, Estados e populações locais. Ela se torna necessária na análise desse novo ciclo de disputa por recursos, pois os discursos da “transição limpa” e da “economia verde” têm sido usados como dispositivos de poder, organizando sentidos, produzindo legitimidades, ocultando conflitos e reconfigurando o regime de governança ambiental global (Escobar, 2008; Scholz, 2022). A história mostra que as grandes mudanças de matriz energética nunca foram meras trocas tecnológicas, elas foram sempre projetos de poder. O carvão foi central para a expansão do Império Britânico e o petróleo para a hegemonia dos EUA e a reconfiguração do Oriente Médio (Yergin, 1991).

Hoje, os minerais críticos para a transição energética, majoritariamente distribuídos no Sul Global, sustentam e bancam uma nova fase do capitalismo. É nesse cenário que se inscreve o conceito de colonialismo verde, que expõe uma atualização contemporânea da lógica imperial, onde as práticas de espoliação, desapropriação e subordinação ganham nova legitimidade quando articuladas à promessa da sustentabilidade (Hamouchene, 2021; Bassey, 2012). Com isso, a colonialidade do poder se reinscreve tanto materialmente, pela extração de recursos, quanto epistemicamente, pela imposição de soluções externas que ignoram as realidades e saberes locais, reduzindo mais uma vez a vida e a natureza à sua utilidade produtiva e econômica (Alimonda, 2011).

O conceito de colonialismo verde não se restringe a uma metáfora para descrever novas formas de dominação, mas sim a um regime material e discursivo de poder. Trata-se de um dispositivo de articulação da agenda ambiental global. Esse colonialismo opera simultaneamente em dois níveis: por um lado, aprofunda a dependência econômica e a especialização produtiva dos países do Sul Global como fornecedores de matérias-primas para as tecnologias verdes e, por outro, impõe epistemologias dominantes que naturalizam essa dependência como um “sacrifício necessário” em nome do bem comum.

Sob a promessa de combater a crise climática, a lógica extrativista é reciclada, e o acesso a recursos se transforma em prioridade estratégica. Essa dimensão colonial da transição está intrinsecamente ligada ao campo da geopolítica energética. Os minerais estratégicos são hoje tão disputados quanto foram o petróleo e o carvão no século XX. A ecologia política, nesse cenário, revela-se fundamental para desmascarar os limites da narrativa hegemônica sobre a transição. Ao invés de aceitar a neutralidade da técnica ou a inevitabilidade da economia verde, a ecologia política resgata os conflitos, as relações desiguais de poder e as epistemologias invisibilizadas. Trata-se de compreender que a crise ambiental é também epistemológica (Alimonda, 2011) e que a transição energética não é apenas sobre eficiência, carbono ou *megawatts*, mas também sobre uma disputa por projetos civilizatórios sobre a qual cabe questionar: que tipo de transição é essa, para quem, com que custos, sob quais formas de governança?

Na base do colonialismo verde está também a produção de narrativas de legitimação do extrativismo. A produção de discursos técnicos e moralmente validados pelas grandes potências, organismos multilaterais e corporações globais, apresentam a transição energética como um imperativo inquestionável. Essas narrativas funcionam geralmente como ferramenta para: 1. despolitizar os impactos da transição, 2. homogeneizar o debate e, 3., naturalizar a desigualdade. Essas narrativas são reforçadas por instrumentos técnicos (relatórios, métricas,

certificações “verdes”) e por fóruns internacionais que reproduzem uma governança ambiental assimétrica, na qual os países periféricos têm pouca capacidade de decisão. Essas estratégias operam como dispositivos de desenvolvimento, que reproduzem a colonialidade do saber ao desqualificar ou marginalizar outras formas de compreender e se relacionar com a natureza (Escobar, 2008). Como exemplo, no Altiplano Andino⁵, comunidades indígenas denunciam a destruição de salares e fontes de água para a mineração de lítio (Gudynas, 2021; Cruz, 2014). No Congo, o cobalto, minério central para a transição digital, é extraído sob condições análogas à escravidão (Hochschild, 2013). Esses casos escancaram a contradição desse discurso de transição “limpa”, mas socialmente e ecologicamente suja.

O continente africano embora concentre parte expressiva das reservas estratégicas de minerais para a transição, em particular, tornou-se o epicentro dessas contradições. (Greco, 2020). A ajuda ao desenvolvimento, o apoio econômico via grandes potências e organizações os acordos de investimentos bilaterais até chegam, mas sempre sob os termos do Norte Global. Frente a isso, pensadores do Sul Global e movimentos sociais têm proposto alternativas que não negam a necessidade da transição energética, mas apontam caminhos para torná-la mais justa, equitativa e enraizada nas realidades locais. Essas propostas oferecem modelos complementares que ampliam os horizontes da transição. Entre elas, estão as ideias de soberania energética, justiça ambiental e valorização dos bens comuns, contrapondo-se à mercantilização dos recursos naturais. Iniciativas como *WoMin African Alliance* em países da África Austral ou o conceito de *Buen Vivir* nos Andes mostram que essas alternativas não apenas resistem ao modelo dominante, mas também enriquecem a transição energética, tornando-a plural, democrática e conectada com os territórios. Incorporá-las é essencial para evitar que a transição seja capturada e se reduza a mais um campo de disputa de hegemonias.

A perspectiva apresentada aqui, propõe uma reorientação da transição energética. Isso significa, inevitavelmente, a necessidade de examinar como essas dinâmicas se manifestam nos territórios e nos corpos de populações diversas. A articulação entre geopolítica, extrativismo e colonialidade não é apenas conceitual, ela ganha forma em corredores logísticos, cadeias minerais, legislações ambientais, megaprojetos de infraestrutura e zonas de sacrifício que redesenham, na prática, os contornos das disputas pelo poder global. É nesse ponto que a crítica deixa de ser apenas uma ferramenta de interpretação para se tornar um

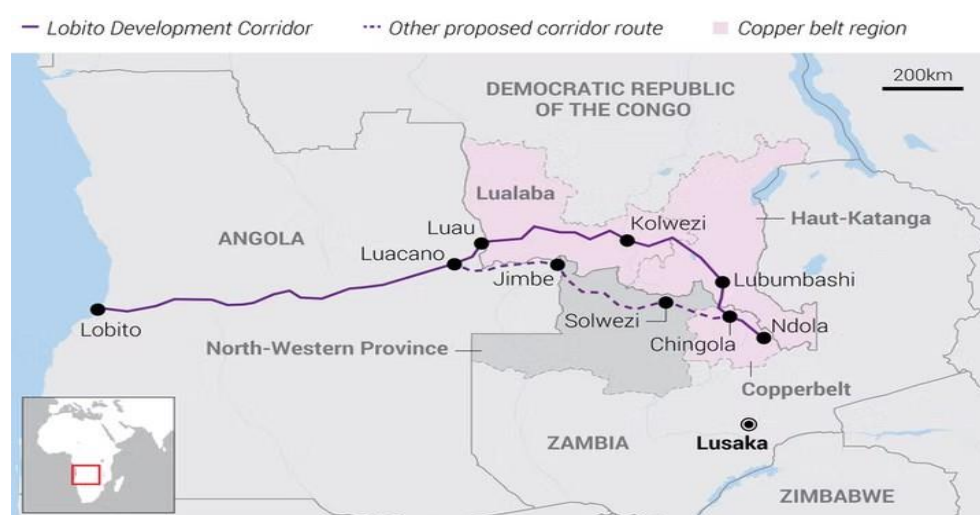
⁵ O Altiplano Andino é uma região de elevada altitude que é parte do Triângulo do Lítio que se estende entre o sul do Peru, oeste da Bolívia, norte do Chile e noroeste da Argentina e é uma das áreas mais ricas em minerais estratégicos do mundo, como lítio e cobre (Gudynas, 2021).

instrumento de denúncia e desvelamento das engrenagens concretas da transição.

3 CORREDOR DO LOBITO COMO INFRAESTRUTURA POLÍTICA

O Corredor do Lobito, situado no sudoeste da África, tem emergido como uma infraestrutura crítica no cenário da transição energética global, conectando os recursos minerais do interior do continente africano ao Oceano Atlântico por meio do Porto do Lobito, em Angola. Embora hoje ganhe destaque por seu papel central no acesso aos minerais estratégicos essenciais à transição energética, sua origem remonta ao período colonial, refletindo uma longa tradição de exploração e exportação de recursos naturais do continente africano. O eixo central desse corredor logístico é a histórica Ferrovia de Benguela (CFB), cuja construção teve início em 1902, através de uma concessão do governo português ao empresário britânico Sir Robert Williams. Sua concepção inicial já visava o escoamento de minérios, sobretudo cobre, das regiões hoje conhecidas como Zâmbia e RDC, então parte do Congo Belga, diretamente para os mercados europeus (Williams; Machado, 1924).

Mapa 1 - Percurso do Corredor do Lobito



Fonte: Lobito Corridor Investment Promotion Authority (LCIPA, 2024).

No contexto contemporâneo, o Corredor do Lobito ressurge como um dos projetos logísticos mais estratégicos do continente africano. Com um traçado que conecta o Porto do Lobito às regiões mineradoras do cinturão de cobre da África Central (Copperbelt) que concentra extensos depósitos de cobre, cobalto e outros minerais críticos e abrange uma zona que vai de Luanshya na Zâmbia à Katanga na RDC, a ferrovia e suas infraestruturas

associadas, como rodovias, plataformas logísticas e aeroportos, formam um sistema multimodal com alto potencial de integração regional (**Mapa 1.**). O porto do Lobito, um dos mais modernos da África Austral, é capaz de movimentar milhões de toneladas por ano, incluindo minérios, petróleo e carga containerizada, consolidando-se como um elo essencial no comércio de *commodities* minerais (Mintrans, 2024). Apesar de sua relevância histórica, o funcionamento do corredor foi interrompido devido à prolongada guerra civil angolana após a independência do país. Em 2002, restavam operacionais apenas 34 km da linha férrea. A reconstrução entre 2006 e 2014, contou com financiamento chinês de \$2 bilhões, sob o modelo de “infraestrutura por petróleo” (Corkin, 2011; Lino, 2022). Ao contrário dos Estados Unidos, que dispõem de vastas reservas minerais em seu território (Aizhu; Jaganathan, 2021), a China é pobre em recursos naturais críticos. Ainda assim, o país asiático consolidou-se como um ator central na cadeia global da transição energética, sendo o maior investidor global em tecnologias de energia limpa, dominando segmentos estratégicos como a produção de painéis solares. (IRENA, 2019; Bloombergnef, 2021; Lee, 2023).

Esse protagonismo da China foi viabilizado, em grande parte, por uma política externa agressiva de acesso a matérias-primas, na qual o continente africano desempenha um papel crucial. A relação entre China e África, inicialmente motivada por afinidades ideológicas e apoio mútuo durante os processos de descolonização, remonta aos anos 1950. No entanto, a partir dos anos 1980, com a aceleração do crescimento econômico chinês, essa parceria adquiriu um caráter marcadamente econômico e estratégico (Howell, 2025). A China passou a investir maciçamente em infraestruturas africanas como ferrovias, rodovias, portos e barragens. Tais investimentos foram canalizados principalmente por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)⁶, promovendo a internacionalização de empresas estatais chinesas, criando laços comerciais e financeiros com diversos países africanos (Lopes; Nascimento; Vadell, 2013). Em 2022, o comércio entre China e África atingiu \$250 bilhões. Estima-se que os empréstimos pendentes com países africanos somem cerca de \$134 bilhões, aproximadamente 20% de toda a dívida externa africana (Howell, 2025). É nesse contexto que surge o conceito de “armadilha da dívida”, frequentemente associado a essa atuação chinesa, visto que, em muitos casos, as obras são realizadas por empresas chinesas, com materiais e até mão de obra chinesa. Isso reduz os efeitos multiplicadores locais e dificulta que os países beneficiários gerem receitas suficientes para arcar com o serviço da dívida. Quando os

⁶ O FOCAC, criado em 2000, é uma plataforma institucional de diálogo e parceria entre a China e os países africanos. Através dele, a China tem expandido significativamente sua presença no continente, especialmente por meio de investimentos em infraestrutura, energia e mineração (Alden; Alves, 2017).

pagamentos não são cumpridos, a renegociação frequentemente envolve concessões como o controle sobre minas, isenções fiscais e uso exclusivo de portos e corredores logísticos.

Ao construir e controlar a infraestrutura de extração e escoamento de recursos naturais, a China não apenas garante para si o suprimento de minerais críticos a custos baixos e com previsibilidade, como também ganha independência em relação a rotas comerciais dominadas por potências ocidentais. Nesse sentido, a infraestrutura torna-se um instrumento de poder. Um caso emblemático é o da Sicomes, quando em 2008 a *joint venture* Sicomin, formada por empresas chinesas e a estatal congolense Gécamines, selaram um acordo de US \$9 bilhões. Em troca de obras de infraestrutura (estradas, hospitais, universidades), o consórcio chinês obteve 68% de participação em importantes minas de cobre e cobalto na RDC. Pequim controla mais de 60% da capacidade global de refino de lítio e cobalto e, em 2023, foi responsável por mais da metade dos veículos elétricos vendidos no mundo (IEA, 2024). Portanto, a consolidação da China como potência geopolítica no contexto da transição energética passa pelo controle das cadeias de valor dos minerais estratégicos, um domínio viabilizado, em grande medida, pelo acesso privilegiado ao continente africano.

Frente a essa realidade, os Estados Unidos e a União Europeia passaram a ver com preocupação o grau de dependência de cadeias de suprimento controladas pela China, especialmente em relação a minerais estratégicos essenciais para as tecnologias verdes e a transição energética. Historicamente, as relações dos EUA com a África foram marcadas por altos e baixos. Após a descolonização, o continente foi palco de uma disputa ideológica entre Washington e Moscou durante a Guerra Fria. Com o fim da bipolaridade e o foco da política externa americana voltado para o Oriente Médio e a "guerra ao terror", a África perdeu centralidade estratégica. Diferentemente da China, que sempre teve um interesse direto em garantir acesso a matérias-primas, os EUA contaram com autossuficiência energética durante grande parte do século XX, o que limitou o impulso comercial com o continente africano (Pham, 2014; Bah; Aning, 2008; Ploch, 2011). Esse cenário começou a mudar na última década. A percepção de que a China transformou infraestrutura, dívida e logística em instrumentos de poder motivou os EUA e a União Europeia a buscarem alternativas. Nesse contexto, o Corredor do Lobito emerge como o mais significativo esforço ocidental para conter a influência chinesa e reequilibrar o controle sobre os fluxos minerais vindos da África Austral e Central.

A visita do então presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, a Angola em dezembro de 2024, depois de mais de 10 anos que um chefe de estado do país havia pisado os pés em território africano pela última vez, foi a primeira vez que um presidente estadunidense esteve

cobalto. Neste contexto, a previsão é que a exploração e exportação mineral nessa região só aumente. O Corredor do Lobito possibilita atender toda essa demanda através de: 1. Garantia de acesso a infraestruturas de transporte viáveis e competitivas em termos de custos, 2. Ser a rota mais curta para um porto e os tempos de trânsito mais rápidos em terra para um porto de carga africano, 3. Redução do tráfego de caminhões em estradas já congestionadas e perigosas, 4. Ser uma ligação fiável a um porto sem congestionamentos no Lobito e 5. Ser a rota mais eficiente para os mercados da América do Norte e da Europa (Mintrans, 2024).

Em 2023, o governo angolano concedeu a operação do Corredor ao consórcio *Lobito Atlantic Railway* (LAR) composto pela Holandesa Trafigura, a Bélgica Vecturis e a Portuguesa Mota-Engil por um período inicial de 30 anos (Jornal de Angola, 2023). A União Europeia destinou cerca de 600 milhões de euros ao projeto e os Estados Unidos anunciaram mais de US \$6 bilhões apenas em 2024. Esse impulso financeiro inclui aportes significativos da Parceria para a Segurança Mineral (MSP) com o anúncio da assinatura de um Memorando de Entendimento (MOU) entre a Congoleza GECAMINES e a Japonesa JOGMEC para a colaboração na criação de uma estrutura para exploração e processamento de minerais. A GECAMINES é um ator fundamental no projeto do Corredor do Lobito, pelo seu amplo portfólio de projetos de *joint venture* representando milhões de toneladas de cátodos de cobre de hidróxido de cobalto (DE, 2024). O projeto conta também com o apoio do G7 através da Parceria para Infraestrutura e Investimento Global (PGII), no âmbito da qual, em maio de 2023, os Estados Unidos e a União Europeia anunciaram que co-liderariam o projeto através da PGII (Way, 2024). Mais recentemente, na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29) de 2024, realizada em Baku, Azerbaijão, o conselho da *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC) aprovou um empréstimo de até US 553 milhões para as melhorias e a reabilitação da ferrovia. Só em 2023, os parceiros do PGII já haviam alocado mais de três bilhões de dólares para o avanço do Corredor do Lobito (DFC, 2024).

Por parte da União Europeia o investimento foi principalmente através da *Global Gateway*. Lançada em 2021 pela Comissão Europeia, a *Global Gateway* apresentou como marco inaugural o Pacote de Investimento África-Europa com cerca de 150 mil milhões de euros de investimento dedicado ao reforço da cooperação com parceiros africanos, em particular nos setores de energia e telecomunicações. Inclusive, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2025, durante o Fórum Económico Angola-França, o Comissário Europeu para Parcerias Internacionais, Jozef Síkela, junto do Presidente Angolano, João Lourenço, reforçaram o projeto do Corredor do Lobito com o anúncio de um pacote de assistência de 76,5 milhões de

euros como parte da estratégia *Global Gateway* para a promoção do Corredor do Lobito (EC, 2025)

Com o controle operacional nas mãos de empresas europeias e o suporte financeiro e diplomático dos EUA e da UE, o Corredor do Lobito torna-se uma plataforma de influência ocidental incluindo todas as vantagens competitivas em comparação às rotas tradicionais chinesas no continente africano. A atratividade geopolítica do Corredor do Lobito consiste não apenas na infraestrutura logística que representa mas, sobretudo, no território mineral que conecta. A disputa por essa infraestrutura transcende os aspectos técnicos e comerciais, transformando o Corredor do Lobito essencialmente em uma infraestrutura política. Isso significa uma reconfiguração da geografia da influência global, na qual o controle sobre fluxos logísticos equivale ao controle sobre os termos da transição energética, materializando, assim, através deste corredor uma tentativa do ocidente de construção de um espaço geopolítico que lhe favorece. Assim, ao contrário do que se apresenta em discursos, fóruns e relatórios, os EUA e a UE não estão apenas disputando contratos ou concessões, mas tentando moldar uma nova gramática de poder no continente africano e, através disso, reposicionar o ocidente como ator central na reorganização das redes logísticas globais.

Perspectivas críticas da geografia nos permitem compreender que o espaço não é neutro, ele é produzido politicamente e socialmente. No caso do Corredor do Lobito, essa produção de espaço geopolítico se expressa principalmente através dos discursos e narrativas de transparência, da sustentabilidade e da cooperação mútua, contrastando com a crescente percepção de opacidade e dependência associada à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) da China. Falas como a de Joe Biden, em discurso oficial durante visita a Angola retratam bem isso: "vocês já me ouviram dizer isso antes, os Estados Unidos estão totalmente empenhados na África. O futuro do mundo está aqui, na África, e em Angola" (BBC, 2024). Essas narrativas constroem uma imagem do Corredor do Lobito como símbolo de desenvolvimento sustentável, boa governança e prosperidade local. No entanto, na prática, essas infraestruturas são projetadas para um fim bem diferente. Nos territórios de origem dos minerais a realidade se apresenta de forma bastante distinta do discurso de Biden: "quando chegamos aqui pela primeira vez há sete anos, vimos o desespero nos olhos dos pais forçados a enviar seus filhos para cavar nas minas. Ao se despedirem deles pela manhã, temiam que, à noite, não voltassem a vê-los", relata Catherine Mutindi que é diretora do Programa Bon Pasteur Kolwezi, um projeto social na área de Katanga na República Democrática do Congo (VI, 2019).

Essas contranarrativas revelam um abismo entre o discurso hegemônico e a realidade concreta dos territórios afetados. Enquanto os documentos oficiais falam em desenvolvimento

sustentável, o que se observa nos territórios são processos de desapropriação e exploração de mão de obra. Esse contraste expõe que a realidade da transição está desvinculada da justiça social e da soberania dos povos. O que o estudo de caso do Corredor do Lobito expõe é que, em um mundo pressionado pela crise climática e pela necessidade urgente de descarbonização, o continente africano ressurge não apenas pelo que representa em termos de reservas de minerais críticos, mas também pelo rótulo de zona atemporal de sacrifício. Dois elementos analíticos são essenciais para compreender esse processo: 1. as infraestruturas logísticas que viabilizam o escoamento de riquezas naturais para fora do continente, ou, o corredor como infraestrutura logística extrativa e, 2. os territórios de extração transformados em zonas de exploração, ou, a RDC e a Zâmbia como espaços de sacrifício

O primeiro ponto referente ao corredor como infraestrutura logística extrativa nos remonta a história, desde sua concepção na era colonial até sua revitalização no século XXI. Isso exemplifica com clareza como as infraestruturas logísticas em África têm sido moldadas para viabilizar o escoamento de riquezas para o exterior. Essa função, subordinada a lógicas externas de acumulação, posiciona este corredor como uma das ferramentas centrais para entender a persistência de uma racionalidade colonial mesmo no contexto da transição energética. A origem do Corredor do Lobito remonta ao início do século XX, quando o corredor foi concebido como meio de transporte dos minerais extraídos no então Congo Belga e na Zâmbia para os portos atlânticos e daí para os mercados europeus, (Williams; Machado, 1924). O colonialismo europeu instituiu um sistema de infraestrutura orientado exclusivamente para fora, onde a circulação de valor não retornava aos povos colonizados, mas consolidava sua posição periférica na economia-mundo (Rodney, 1973). Após a independência de Angola, e durante o longo período de guerra civil (1975–2002), o corredor entrou em colapso, mas seu valor estratégico jamais foi descartado. A reconstrução da ferrovia pela China entre 2006 e 2014, manteve o mesmo princípio: a logística como ferramenta da circulação de *commodities*. Angola se mantém como elo logístico para o escoamento, um território intermediário e, mesmo com concessões concedidas a consórcios europeus e investimentos bilionários anunciados, o país não retém valor e os benefícios locais são limitados a frete e simples operações logísticas, enquanto a cadeia de valor mais lucrativa de refino, transformação tecnologia e exportação final permanece fora do continente (Corkin, 2011). Nesse sentido, o Corredor pode ser compreendido como uma infraestrutura cujo traçado físico e simbólico conecta o passado colonial ao presente neocolonial marcado pelo colonialismo verde. Além disso, pode ser lido criticamente como uma expressão espacial de uma disputa global por hegemonia, desde o século XX até os dias de hoje, que tem como

verdadeira funcionalidade extrair, transportar e acumular para fora.

A RDC como espaço de sacrifício nos remonta ao antigo Congo Belga que permanece, mais de um século depois do início da colonização europeia, ocupando um lugar estrutural na economia global. O conceito de espaço de sacrifício, conforme exposto anteriormente, refere-se a territórios que são sistematicamente expostos à destruição ambiental e violência social, em nome da acumulação de capital e do suprimento de matérias-primas para centros de poder globais. Durante o colonialismo, o território da RDC foi incorporado à economia-mundo como território de exploração intensiva da natureza e dos corpos com a escravatura, conforme retratado de forma contundente por Adam Hochschild (1998) em “O Fantasma do Rei Leopoldo”. A extração de borracha e, mais tarde, de minérios como cobre e ouro foi viabilizada por meio de sistemas de trabalho forçado, punições corporais, destruição de comunidades e desestruturação ecológica. No século XXI, a lógica permanece alarmantemente similar. A RDC é hoje um dos principais fornecedores globais de cobalto, essencial para a produção de baterias de carros elétricos e dos nossos *smartphones*. No entanto, a extração dos minérios ocorre em um contexto marcado por violência armada, deslocamentos forçados, exploração de trabalho infantil, degradação ambiental e captura de renda por corporações estrangeiras, sobretudo chinesas e ocidentais (AI, 2023).

A história da RDC revela, com clareza brutal, como as potências globais têm historicamente sustentado seus processos de desenvolvimento e reestruturação econômica por meio da espoliação sistemática de territórios do Sul global. Durante o domínio pessoal de Leopoldo II, estima-se que entre 8 e 10 milhões de congoleses tenham morrido em consequência direta do regime de extração de borracha e minerais (Hochschild, 1998). No centro dessa estrutura estava a mão de obra local. Os corpos negros, mobilizados compulsoriamente como instrumento de acumulação colonial, forneciam essa mão de obra, não apenas viabilizando a extração, mas também produzindo as condições de infraestrutura para que a economia europeia florescesse. Assim, a expansão das empresas europeias e o enriquecimento de elites coloniais, as estradas, ferrovias, postos administrativos e redes logísticas do Congo colonial e da própria Bélgica como o arco triunfante em Bruxelas foram erguidos com sangue congolês (*Idem.*).

Essa lógica não desapareceu com a independência formal. Hoje, a transição energética global reativa um novo ciclo de apropriação, no qual os minerais críticos congoleses tornam-se centrais para o “futuro verde” do Norte global. No entanto, esse futuro é sustentado por uma realidade marcada por trabalho em condições análogas à escravidão, exclusão dos benefícios econômicos da cadeia produtiva e conflitos ambientais. Como mostram estudos da

Anistia Internacional (2023), milhares de trabalhadores congolese, inclusive crianças, operam em minas artesanais com zero proteção legal, recebendo pagamentos ínfimos enquanto extraem os minerais que abastecem as tecnologias limpas que são direcionadas majoritariamente ao mundo desenvolvido. A mão de obra local continua sendo instrumento de poder e dominação econômica. Nas minas artesanais, os trabalhadores assumem todos os riscos como desabamentos, contaminações e doenças, sem qualquer proteção e/ou garantia de um futuro melhor. Essas minas, embora informais, estão diretamente conectadas às grandes mineradoras, que compram o produto dessas operações através de subcontratações disfarçadas, criando uma cadeia informal que exime essas corporações de responsabilidade fiscal, ambiental ou social. Ou seja, o extrativismo informal é funcional ao capital formal oferecendo insumos baratos, sem passivos de ordem social e ambiental.

Essa fragilidade estrutural é resultado direto de um passado colonial que desorganizou sistemas econômicos autônomos e impôs modelos de dependência. A colonização destruiu a capacidade de soberania produtiva das nações africanas, e o subdesenvolvimento atual não é acidente, é projeto histórico. Assim, mesmo após a abolição formal do trabalho forçado, as populações continuam condenadas à submissão econômica, agora por meio de mecanismos indiretos como pobreza extrema, ausência de alternativas e degradação ambiental, o que inviabiliza outras formas de sustento mais dignas e seguras do que o trabalho em minas artesanais na RDC. Essa realidade sustenta a tese de que a RDC e, por extensão, territórios do Sul global, bancam a transição energética do Norte global. Entretanto, a resistência também persiste. Durante o colonialismo clássico, movimentos de resistência, revoltas e luta desafiaram o sistema de dominação. Hoje, surgem novas formas de resistência territorial, política e epistemológica. Lideranças locais, organizações comunitárias e redes internacionais de solidariedade como o EJAAtlas documentam, denunciam e mapeiam os conflitos ambientais em torno da mineração. Ativistas da RDC, organizações não-governamentais nacionais e internacionais e movimentos diversos têm denunciado os impactos da mineração industrial e artesanal sobre os direitos humanos, o meio ambiente e a soberania dos povos. Essas resistências, ainda que fragmentadas, apontam para uma contranarrativa que contesta o suposto progresso verde promovido pela transição energética.

4 MAPEAMENTO DE CONFLITOS AMBIENTAIS: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E ZÂMBIA COMO ZONAS DE SACRIFÍCIO

Em contextos de invisibilização estrutural, como os que marcam historicamente os territórios de exploração mineral no Sul global, mapear é politizar. O mapeamento de conflitos ambientais vai além da simples coleta de dados geográficos e estatísticos, se torna uma ferramenta crítica de denúncia, resistência e produção de conhecimento contra-hegemônico. Essa prática permite revelar dinâmicas de poder muitas vezes ocultas pelas estatísticas oficiais, relatórios corporativos e pelas narrativas do desenvolvimento hegemônico que legitimam o extrativismo. O *Environmental Justice Atlas* (EJAtlas), é uma plataforma global que reúne, sistematiza e divulga casos de conflitos ambientais em diferentes regiões do mundo. Criado por uma rede de pesquisadores, ativistas e organizações sociais ligadas ao projeto *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade* (EJOLT), o EJAtlas atua como arquivo vivo das injustiças ambientais contemporâneas, documentando casos de resistência local diante de grandes projetos extrativos, energéticos, industriais e/ou logísticos.

Mapa 3 - Conflitos na zona de influência do corredor do Lobito nas minas da RDC e Zâmbia



Fonte: mapa elaborado pelo autor com base nos dados do EJAtlas (2025).

No Corredor do Lobito, o mapeamento de conflitos é especialmente relevante, pois, a exploração mineral nos países que usam o corredor para escoar os seus minerais é frequentemente envolta em opacidade contratual, violência local, ausência de regulação e cumplicidade estatal. Segundo dados do EJAtlas, só na zona de influência do Corredor do

Lobito na Zâmbia e na RDC foram mapeados mais de 35 conflitos envolvendo a mineração (**Mapa 3.**). Na região de Kivu na RDC, especialmente na localidade de Kalonge, por exemplo, a extração de coltan constitui um dos conflitos mais graves e persistentes relacionados à mineração no mundo desde 1995. Estima-se que cerca de 80% da população de Kalonge seja diretamente afetada pelas atividades de mineração de diversas multinacionais que atuam direta ou indiretamente na extração e comercialização do minério. Entre elas, destacam-se empresas como Ericsson (Suécia), Sony (Japão), Glencore (Suíça), Nokia (Finlândia), Zijin (China) e várias empresas norte-americanas como a Ashmore International Energy, a Cabot Corporation e a AVX (EJAtlas, 2022a).

Dentre as muitas corporações que estão envolvidas com a extração de minérios na RDC e na Zâmbia, destacamos aqui a presença da Suíça Glencore e da Chinesa Zijin Mining, que estão entre as maiores mineradoras do mundo. A Glencore é uma multinacional de mineração e comercialização de *commodities* anglo-suíça, com operações em mais de 35 países. Na RDC em 2020, a Glencore adquiriu 100% da Katanga Mining, o que a transformou em subsidiária direta com a função de *holding* controlando os ativos naquela região através da Kamoto Copper Company SA (KCC), uma *joint venture* com 75% controlado pela Katanga Mining (logo, pela Glencore) e 25% pertencentes a Gécamines, empresa estatal de mineração da RDC (Glencore, 2017; Katanga Mining, 2020). A KCC controla os ativos que estão situados na região de Kolwezi, província de Lualaba, no sul da RDC, que é parte do cinturão de cobre da África Central. Entre os ativos estão a mina subterrânea Kamoto Mine (KTO), a mina a céu aberto KOV (Kamoto Oliveira Virgule), a mina a céu aberto T17, a planta metalúrgica de processamento de minério de minas Luilu Metallurgical Plant e a mina a céu aberto Tilwezembe que é considerada a mais rica do mundo em cobalto. Todos esses ativos foram transferidos à empresa sob contratos que concedem amplos poderes de ocupação, exploração total dos rejeitos, uso da terra e direito sobre toda a infraestrutura de mineração (EJAtlas, 2022b). A KCC protagoniza um dos casos mais emblemáticos de conflito mineral envolvendo violações sistemáticas de direitos humanos, crimes ambientais, corrupção e impunidade corporativa (**Imagem 1.**) (The Guardian, 2012).

Figura 1 - Exploração de Coltan na RDC



Mugisha, um jovem de 12 anos que trabalha numa mina de coltan em Numbi, República Democrática do Congo.

Fonte: EJAtlas (2022).

Na mina de cobre de Kamoto no oeste de Kolwezi, uma das maiores produtoras mundiais de cobre e cobalto. O conflito já existe desde 2013, mas atingiu o ápice de notoriedade em 2019, quando o desabamento de duas galerias resultou na morte de 43 mineiros artesanais. A Glencore, por meio da KCC, rapidamente se isentou de qualquer responsabilidade, afirmando que os mortos eram "mineradores ilegais" e que o acidente não estava relacionado às suas operações formais (FP, 2019). Desde o início das operações, em 2007, a produção só aumentou e a previsão de vida útil da mina, a partir de 2020, era de mais 20 anos, o que significa mais duas décadas de pressão ambiental e social sobre a região. Com uma população atingida estimada em 80.000 pessoas, os impactos da mina de Kamoto são profundos e multifacetados. Há registros crescentes de doenças respiratórias graves, problemas pulmonares crônicos associados à exposição à poeira rica em metais pesados e partículas de cobalto. A violência contra os que denunciam as atrocidades também é alarmante. O caso do padre Vincent Machozi, assassinado a tiros em 20 de março de 2016, exemplifica o risco enfrentado por quem desafia os interesses instalados. Machozi denunciava o massacre da comunidade Nande, o principal grupo étnico no território de Beni-Lubero, que continua sendo alvo de assassinatos arbitrários e desapropriações de terra (Fides, 2016). Além das graves consequências sociais, os impactos ambientais são profundos e duradouros. A atividade mineradora tem causado desmatamento, perda de cobertura vegetal, poluição do solo e das águas superficiais, contaminação da água com metais pesados, poluição do ar, perda de biodiversidade e danos diretos à produção agrícola, o que compromete a segurança alimentar da região.

Na Zâmbia, a Glencore tem presença através de sua subsidiária Mopani Copper Mines, que opera na província de Copperbelt, nas regiões de Mufulira e Kitwe. A principal atividade da Mopani Copper Mines na Zâmbia é a extração de cobre e cobalto. As operações de mineração da Glencore também têm gerado profundos impactos ambientais associadas a danos através do dióxido de enxofre. Segundo o banco de dados FAOLEX (2016), as emissões na região de Mufulira Kanyono ultrapassam os limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), resultando em chuvas ácidas, prejudicando a qualidade do ar e da água local. Em termos econômicos, a Glencore tem sido acusada de contrabandear lucros para fora da Zâmbia sem pagar impostos devidos ao país. Parte significativa dos lucros gerados pela empresa é transferida para paraísos fiscais, como a Suíça, o que tem levantado sérias preocupações sobre a evasão fiscal e a falta de contribuição financeira para o desenvolvimento da Zâmbia (ELS, 2014), um país com alta dívida externa e com necessidades urgentes de investimentos em infraestrutura e serviços públicos. A área de operação da Mopani Copper Mines ocupa uma extensão de 19.000 hectares e a empresa continua sendo uma das principais fontes de receita da Zâmbia.

Apesar das diversas denúncias e da mobilização de grupos de pressão, a situação permanece praticamente inalterada. A resistência das comunidades é sistematicamente sabotada. Moradores locais, trabalhadores e defensores dos direitos humanos enfrentam ameaças, repressão, cooptação por ONGs associadas à empresa e um sistema judiciário frágil e inacessível, especialmente nas áreas remotas onde ocorrem as violações. A falta de um Estado de Direito funcional permite que a Glencore atue impunemente, explorando recursos sem supervisão, responsabilidade ou compromisso com o desenvolvimento local. Tentativas de responsabilização dessas empresas perante as violações de direitos humanos e impactos socioambientais têm sido frustradas. O Tribunal Permanente dos Povos (PPT), em sessão realizada em Genebra em 2014, reconheceu a Glencore como uma das corporações transnacionais que mais viola sistematicamente os direitos humanos em benefício próprio (Transnationals, 2014). Essas atuações conflituosas da Glencore não são inéditas. A empresa tem enfrentado diversas denúncias de práticas corporativas predatórias em outros países. A ausência de regulação eficaz e de transparência no processo de responsabilização da empresa contribui para a impunidade corporativa, que permite a Glencore continuar suas operações com baixo custo social e ambiental (EJAtlas, 2023).

A Zijin Mining é uma estatal chinesa e uma das maiores produtoras de ouro, cobre e lítio do mundo, com operações na Ásia, África, Europa e Américas. Em Kolwezi, a capital da província de Lualaba, no sul da RDC, a oeste de Likasi está localizado um importante centro

de mineração de cobre e cobalto que é propriedade da Zijin Mining Group com participação de 72%. A população nessa região é de aproximadamente 500.000 pessoas provenientes não apenas da zona rural de Katanga, mas de outras cidades e países vizinhos devido à busca por possibilidade de encontrar oportunidades de emprego na indústria mineira. Em 2002, a cidade de Kolwezi contava com 35 empresas de mineração e, em 2020, mais de 500 empresas estavam presentes. De acordo com o banco de dados de mineração da GlobalData, Kolwezi ficou em 6º lugar em volume entre as dez maiores minas de cobalto por produção no mundo em 2020 (EJAtlas, 2024).

O Complexo de Cobre Kamoakakula está localizado a 25 quilômetros a oeste de Kolwezi e está rapidamente se tornando uma das maiores minas de cobre do mundo. Com uma reserva estimada de 18,7 milhões de toneladas de cobre, a mina é um empreendimento conjunto entre a Zijin Mining Group, a Crystal River Global Limited e o governo da RDC. A Kamoakakula envia seus concentrados de cobre em caravanas de caminhões para portos na África do Sul e na Tanzânia. Em 2023, aproximadamente 90% dos concentrados de Kamoakakula foram enviados dos portos de Durban e Dar es Salaam. Uma viagem de ida e volta leva em média aproximadamente quarenta dias. Agora, o transporte passará a ser feito em parceria com a Trafigura pelo Corredor do Lobito. A distância de Kamoakakula até o porto de Lobito (Angola) é metade daquela até o porto de Durban. O novo trajeto é mais rápido e menos intensivo em energia e o transporte mais barato permitirá um maior volume de extração e exportação. A mina possui uma vida útil estimada de 42 anos e, em 2023, gerou uma receita de 2,7 bilhões de dólares (Kamoakakula Copper, 2023; EP, 2024)

Em Kamoakakula, entretanto, o projeto tem sido alvo de várias críticas relacionadas a graves violações de direitos humanos e impactos ambientais. Uma das maiores preocupações diz respeito ao reassentamento das comunidades afetadas pela mineração. Segundo o relatório *"Powering Change or Business as Usual?"*, a Anistia Internacional e a organização sediada na RDC, *Initiative pour la Bonne Gouvernance et les Droits Humains* (IBGDH), relatam que pelo menos 1.352 pessoas de 41 aldeias foram deslocadas para a construção da mina, com muitas famílias enfrentando condições precárias em seus novos lares. As casas de substituição eram pequenas e careciam de serviços básicos como eletricidade, água canalizada e sistemas de esgoto adequados. As condições sanitárias eram extremamente deficientes, o que levou ao uso de banheiros ao ar livre e ao consumo de água poluída de fontes próximas (**Imagem 2.**). Isso gerou surtos de doenças, com mulheres sendo particularmente afetadas por infecções vaginais devido à má qualidade da água. Agnès Callamard, Secretária-Geral da Anistia Internacional, disse que “os despejos forçados que estão ocorrendo enquanto empresas buscam

expandir projetos de mineração de cobre e cobalto em escala industrial estão destruindo vidas e devem parar agora”. O ministro das Minas congolês informou ao projeto Commus, onde a Zijin mantém uma participação de 72%, sobre a suspensão temporária de sua licença enquanto aguarda uma investigação sobre o assunto (AI, 2023).

Figura 2 - Reassentamentos de Kamo Kalula



Abaixo, estão as casas de reassentamento das populações locais, acima as casas para funcionários contratados pelo empreendimento.

Fonte: EJAtlas (2024d).

Em meio ao caos institucional, a Glencore, a Zijin e outras corporações adquiriram ativos estatais da RDC a preços irrisórios. Esse contexto criou um ambiente ideal para evasão fiscal, corrupção e neocolonialismo econômico, com ganhos concentrados nas mãos das corporações. Mapear, portanto, é disputar o imaginário político da transição energética. Os casos de conflitos ambientais brevemente sistematizados nesta seção através do mapeamento do EJAtlas mostram que não existe “energia limpa” quando ela é construída sobre os escombros da dignidade humana. O EJAtlas contribui para essa disputa tornando visível o que o discurso hegemônico oculta: o chamado progresso sustentável do Norte global é financiado por uma cadeia global de injustiça que começa no chão dos territórios do Sul global e, muitas vezes, termina em silêncio.

5 CONCLUSÃO

A transição energética é tecnicamente orientada à crise climática. No entanto, ao longo deste artigo, demonstramos que essa transição não é neutra nem universal. Ela é, antes de tudo, uma arena de disputa geopolítica, onde interesses econômicos, políticos e territoriais se entrelaçam. O chamado “colonialismo verde” não é apenas uma metáfora, é uma realidade material que se atualiza em megaprojetos como o Corredor do Lobito. Ao analisar o corredor como estrutura de viabilização logística, evidenciamos como a infraestrutura “verde” pode funcionar como alicerce de um novo ciclo extrativista. O mapeamento de conflitos ambientais ao longo dessa cadeia, revela a face invisibilizada da transição energética: comunidades deslocadas, destruição de territórios, repressão à resistência e negação do direito à autodeterminação.

Essa realidade desmonta a ideia de que a transição energética, tal como promovida hoje, representa uma ruptura com o modelo vigente. Pelo contrário, uma vez que é guiada por metas de mercado e interesses geoestratégicos, a transição energética tende a reproduzir os mesmos padrões que levaram à crise ecológica. A chamada “mineração verde” não altera as bases estruturais do extrativismo, apenas muda o seu pretexto. Trata-se de uma atualização do regime de acumulação e não de uma transformação sistêmica. O caso do Corredor do Lobito, portanto, não é exceção, é sintoma. Um sintoma da tentativa de consolidar hegemonias energéticas através de mecanismos que concentram poder, mantêm dependências e promovem uma “sustentabilidade” seletiva. O que está em jogo é mais do que a matriz energética: é quem decide, quem lucra, quem perde e quem paga o preço dessa transição.

Neste cenário, as perspectivas alternativas ganham centralidade. A justiça climática ancorada na ecologia política e nos saberes locais exige que a transição seja, além de energética, social, política e ética. Não basta mudar as fontes de energia, é preciso mudar as relações de poder. Isso implica descolonizar a sustentabilidade, redistribuir os benefícios e os custos da transição e reconhecer o protagonismo dos povos historicamente marginalizados. A principal contribuição deste artigo é justamente tensionar o consenso tecnocrático em torno da transição energética. Ao reposicionar o debate na chave da justiça ambiental e do colonialismo verde, propomos que uma transição verdadeiramente justa deve ser construída de baixo para cima, com base em alternativas comunitárias, modelos de desenvolvimento descentralizados e pluralidade de vozes. O Corredor do Lobito, quando lido criticamente, nos alerta para o risco de que o futuro “limpo” repita os vícios do passado sujo, e nos convoca a reimaginar caminhos que não apenas mudem a fonte da energia, mas transformem

radicalmente a forma como nos relacionamos com o planeta e entre nós.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

AGENCIA FIDES. Morto um padre assuncionista que denunciava a exploração de coltan em detrimento das populações locais. **Agência Fides**, 2016. Disponível em: https://www.fides.org/pt/news/59691-AFRICA_RD_CONGO_Morto_um_padre_assuncionista_que_denunciava_a_exploracao_de_coltan_em_detrimento_das_populacoes_locais.

AI [AMNESTY INTERNATIONAL]. **Powering Change or Business as Usual?** 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.ch/de/laender/afrika/demokr-rep-kongo/dok/2023/schwere-menschenrechtsverletzungen-bei-der-foerderung-von-kobalt-und-kupfererz/powering-change-or-business-as-usual.pdf>.

AIZHU, Chen; JAGANATHAN, Jessica. EUA planejam competir com China na cadeia de suprimentos de minerais raros. **Reuters**, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/us-unveil-strategy-secure-critical-minerals-supply-2021-06-17>.

ALDEN, C.; ALVES, A. C. **China and Africa**: Building Peace and Security Cooperation on the Continent. Palgrave Macmillan, 2017.

ALIMONDA, Héctor. **La colonialidad de la naturaleza**: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor (org.). *La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

ATTANASIO, Lucas. Congo, onde as crianças acabam nas minas. Tradução de Luisa Rabolini. **Vatican Insider**, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588786-congo-onde-as-criancas-acabam-nas-minas>. Acesso em: 21 maio 2025.

BAH, A. B.; ANING, K. Relações EUA-África: a parceria estratégica. **African Security Review**, v. 17, n. 1, p. 87–98, 2008.

BASSEY, Nnimmo. To Cook a Continent: Destructive Extraction and the Climate Crisis in Africa. **Pambazuka Press**, 2012.

BBC. Biden 'orgulhoso' de estar em Angola para visita sem precedentes. **BBC News**, 2024. Disponível em: https://www-bbc-com.translate.goog/news/articles/c3rqlwlxxpeo?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc&_x_tr_hist=true. Acesso em: 21 maio 2025.

BLOOMBERGNEF. Perspectiva sobre novas energias 2021. **Bloomberg Finance L.P.**, 2021. Disponível em: <https://about.bnef.com/new-energy-outlook/>.

CORKIN, Lucy. China and Angola: strategic partnership or marriage of convenience? **Angola Brief**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.cmi.no/publications/file/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage.pdf>.

CRUZ, Miriam. Conflicts over resources: the struggle for indigenous rights and lithium in Bolivia. **Latin American Perspectives**, 2014.

DALBY, Simon. The geopolitics of climate change. **Political Geography**, v. 37, p. 38– 47, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2013.09.004>.

DFC [U.S. International Development Finance Corporation]. **DFC anuncia quase US\$ 4 bilhões em novos compromissos de financiamento climático na COP29**. Press Release, 14 nov. 2024. Disponível em: https://www-dfc.gov.translate.google.com/media/press-releases/dfc-announces-nearly-4-billion-new-climate-finance-commitments-cop29?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt&x_tr_pto=tc.

EC [European Commission]. **The European Green Deal**. Bruxelas: União Europeia, 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/publications/communication-european-green-deal_en.

EC [European Commission]. **Climate action and the Green Deal**. 2020. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/climate-action-and-green-deal_en. Acesso em 21 maio 2025.

EJATLAS [Environmental Justice Atlas]. **Coltan na região de Kivu**, República Democrática do Congo. 2022. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/congo-coltan-in-the-kivu-region-dr-of-congo>. Acesso em: 21 maio 2025.

EJATLAS [Environmental Justice Atlas]. **Glencore - Katanga Mining Ltd., República Democrática do Congo (RDC)**. 2022. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/glencore-katanga-mining-ltd-in-the-democratic-republic-of-congo-drc>. Acesso em: 21 maio 2025.

EJATLAS [Environmental Justice Atlas]. **Mineração de cobre e cobalto da Glencore, Zâmbia**. 2022. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/glencore-in-zambia>. Acesso em: 21 maio 2025.

EJATLAS [Environmental Justice Atlas]. **Complexo de Cobre Kamoakakula, República Democrática do Congo**. 2024. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/kamoakakula-mine-drc>. Acesso em: 21 maio 2025.

EJATLAS [Environmental Justice Atlas]. **Environmental Justice Atlas**. 2025. Disponível em: <https://ejatlas.org/>. Acesso em: 21 maio 2025.

ELS, Frik. Accusations of Glencore-Zambia tax probe cover-up. **Mining.com**, 2014. Disponível em: <https://www.mining.com/accusations-of-glencore-zambia-tax-probe-cover-up-80762/>.

EP [Energy Power]. **Trafigura, Kamoakakula o transport via Lobito Atlantic Railway**, 2024. Disponível em: <https://energycapitalpower.com/trafigura-kamoakakula-lobito-atlantic->

[railway/](#).

ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença:** lugar, movimentos, vida, redes. Tradução de Léa Porto. São Paulo: Editora Elefante, 2023. (Obra original publicada em 2008 como *Territories of Difference*).

FAOLEX. Proteção Ambiental e Controle da Poluição. **Banco de dados FAOLEX.** Disponível em: <http://faolex.fao.org/docs/pdf/zam5388.pdf>.

FP [France Presse]. Desabamento de mina deixa mais de 40 mortos na República Democrática do Congo. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/28/desabamento-de-mina-deixa-mais-de-40-mortos-na-republica-democratica-do-congo.ghtml>. Acesso em 21. Maio 2025.

FREUND, Bill. **The African City: A History.** Cambridge University Press, 2007.

GLENCORE. **Glencore compra participações em Mutanda e Katanga.** 2017. Disponível em: <https://www.glencore.com/media-and-insights/news/glencore-purchases-stakes-in-mutanda-and-katanga>. Acesso em 21. Maio 2025.

GRECO, Elisa. Africa, extractivism and the crisis this time. **Review of African Political Economy**, Abingdon, v. 47, n. 166, p. 511–521, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivisms and development:** the new dependency and challenges in Latin America. In: *Rethinking Development: Modernity and Dependency*, 2011.

HAMOUCHE, Hamza. Extractivism and resistance in North Africa. **Transnational Institute (TNI)**, 2021. Disponível em: <https://longreads.tni.org/extractivism-and-resistance-in-north-africa>. Acesso em 21. Maio 2025.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Boitempo, 2003.

HOCHSCHILD, Adam. **King Leopold's Ghost:** a story of greed, terror, and heroism in colonial Africa. Mariner Books, 2013.

HOWELL, Jeremy. Por que a China tem feito tantos negócios na África? **BBC News Brasil**, 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5ye24dd0w9o?utm_source=chatgpt.com.

HUND, Kirsten; LA PORTA, Daniele; FABREGAS, Thao P.; LAING, Tim; DREXHAGE, John. **Minerals for climate action:** the mineral intensity of the clean energy transition. Washington, D.C.: World Bank, 2020. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/961711588875536384/Minerals-for-Climate-Action-The-Mineral-Intensity-of-the-Clean-Energy-Transition.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

IEA [INTERNATIONAL ENERGY AGENCY]. **Crescimento global das energias renováveis deve superar as metas governamentais atuais para 2030** – Sumário executivo.

IEA Reports, 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/renewables-2024/executive-summary>.

IEA [INTERNATIONAL ENERGY AGENCY]. **O papel dos minerais críticos nas transições para energia limpa** – Sumário Executivo. IEA Reports, 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions/executive-summary>.

IEA [INTERNATIONAL ENERGY AGENCY]. **Perspectivas globais de veículos elétricos para 2024: Tendências em carros elétricos**. IEA Reports, 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2024/trends-in-electric-cars>.

IPCC [Intergovernmental Panel On Climate Change]. **Climate Change 2022: Impacts, adaptation, and vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner et al. (eds.)]. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>.

IPCC [Intergovernmental Panel On Climate Change]. **Aquecimento global de 1,5°C: relatório especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e caminhos de emissões de gases de efeito estufa relacionados**. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2018.

IRENA [Agência Internacional De Energias Renováveis]. **Análise do mercado de energia renovável: Sudeste Asiático**. Abu Dhabi: IRENA, 2019. Disponível em: <https://www.irena.org/publications>.

JAMASMIE, Cecilia. China Moly aumenta participação na gigante mina de cobre de Tenke para 80%. **Mining.com**, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.mining.com/china-moly-ups-stake-giant-tenke-copper-mine-80/>.

JORNAL DE ANGOLA. Corredor do Lobito recebe investimento para locomotivas e vagões. **Jornal de Angola**, 2023. Disponível em: <https://www.ciam.gov.ao/ao/noticia/2424>.

KC [KAMOA COOPER SA]. **Integrated Development Plan 2023**. Disponível em: https://www.ivanhoemines.com/wp-content/uploads/22005kkidp23_230316rev1.pdf.

KM [KATANGA MINING LIMITED]. **Relatório ESTMA**. 2020. Disponível em: <https://www.katangamining.com/>.

KLARE, Michael T. **Recursos em Conflito: A Geopolítica da Energia no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KLEIN, Naomi. **Isso muda tudo: o capitalismo vs. o clima**. Nova York: Simon & Schuster, 2014.

LEE, Chermaine. China: heroína do clima ou vilã dos combustíveis fósseis? **DW Brasil**, 2 dez. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/china-hero%C3%ADna-do-clima-ou-vil%C3%A3-dos-combust%C3%ADveis-f%C3%B3sseis/a-67607384>.

LINO, Paula Celeste da Silva. **Cooperação China-Angola: o estudo de caso da ferrovia de Benguela**. 2022. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São

Francisco do Conde, 2022.

LCIPA [Lobito Corridor Investment Promotion Authority]. **The Lobito Corridor**: what it is and why it matters. January 2024. Copyright Lobito Corridor IPA LLC 2024. Disponível em: https://www.lobitocorridor.org/files/ugd/9fa7ad_700894b8a8b9427faec094b5fbd0f5fc.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

LOPES, Bárbara Ferreira; NASCIMENTO, Daniele Cardoso do; VADELL, Javier Alberto. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 81–99, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/110/68/445>.

MACKINDER, Halford J. O Pivô Geográfico da História. **The Geographical Journal**, v. 23, n. 4, p. 421–437, 1904.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **The environmentalism of the poor**: a study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2002.

MSP [Minerals Security Partnership]. The Minerals Security Partnership announces collaboration in minerals exploration, production and processing between GECAMINES in the Democratic Republic of the Congo and JOGMEC in Japan. **Gabinete do Porta-voz**, 2024. Disponível em: <https://2021-2025.state.gov/the-minerals-security-partnership-announces-collaboration-in-minerals-exploration-production-and-processing-between-gecamines-in-the-democratic-republic-of-the-congo-and-jogmec-in-japan/>.

MINTRANS [Ministério Dos Transportes – Angola]. **Concessão ferroviária e portuária do Corredor do Lobito**: uma alavanca para a economia regional. Relatório do Conselho Consultivo, 2024. Disponível em: <https://adfersit.pt/docs/corredor-lobito-alavanca-para-a-economia-regional.pdf>.

PHAM, J. P. Interesses estratégicos dos EUA na África: prioridades e desafios. **Congressional Research Service**, 2014. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/RL34003>.

PLOCH, L. Comando África: interesses estratégicos dos EUA e o papel das forças armadas americanas no continente africano. **Congressional Research Service**, 2011. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/RL34003.pdf>.

RAKOTOSEHENO, Solofo. Sicominer: como o EITI na RDC ajudou a garantir 4 bilhões em receitas adicionais. EITI Blog, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://eiti.org/blog-post/sicomines-how-eiti-drc-helped-secure-4-billion-additional-revenue>.

RATZEL, Friedrich. **Geografia Política**. München: R. Oldenbourg, 1897. RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. 1973.

SCHOLZ, Roland W. **Sustainable Digital Economy, Society, and Environment**: An Integrated View of Future Competency Requirements. Springer, 2022.

SPYKMAN, Nicholas J. **A Estratégia da América na Política Mundial**: Os Estados Unidos e o Equilíbrio de Poder. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

SVAMPA, Maristella. **Territórios em disputa:** capitalismo, justiça ambiental e democracia. São Paulo: Boitempo, 2019.

THE GUARDIAN. Gigante da mineração Glencore acusada de trabalho infantil e despejo de ácido. **The Guardian**, 2012. Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/2012/apr/14/glencore-child-labour-acid-dumping-row?INTCMP=SRCH>.

WAY, Sarah. O que saber sobre o Corredor do Lobito e como ele pode mudar a forma como os minerais se movem. **Atlantic Council**, 2024. Disponível em: https://www-atlanticcouncil-org.translate.goog/blogs/africasource/what-to-know-about-the-lobito-corridor-and-how-it-may-change-how-minerals-move/?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt&x_tr_pto=tc.

WILLIAMS, Robert; MACHADO, Joaquim José. **Caminho de Ferro de Benguela- Lobito:** a mais curta estrada para a África Central. Conselho de Administração da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, 1924.

YERGIN, Daniel. **O novo mapa:** energia, clima e o conflito das nações. Nova York: Penguin Press, 2020.

YERGIN, Daniel. **O Prêmio:** A Luta Global pelo Petróleo, o Dinheiro e o Poder. Rio de Janeiro: Elsevier, 1991.

ZHANG, Jing. **China's green transition:** a new power in global energy markets. Beijing: Springer, 2021.

ZHANG, Y. The Environmental Impact of China's Belt and Road Initiative in Developing Countries. **Journal of Contemporary China**, v. 29, n. 123, p. 678–694, 2020.